

Demonstrações Financeiras

Biotérmica Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Biotérmica Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores
Biotérmica Energia S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Biotérmica Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia, para fins do seu processo de geração de energia, depende exclusivamente do fornecimento do biogás, o qual é realizado pela parte relacionada CRVR Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“CRVR”). Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the printed name.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Biotérmica Energia S.A.

Balço patrimonial

para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>		<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Explicativa</u>				<u>Explicativa</u>		
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.458	1.465	Fornecedores	15	11.237	2.604
Contas a receber de clientes	11	3.266	1.161	Empréstimos e financiamentos	16	13.259	14.746
Estoques	12	1.245	1.160	Salários, benefícios e encargos sociais		328	279
Impostos a recuperar	13	511	977	Impostos, taxas e contribuições		781	312
Outras contas a receber		34	58	Dividendos a pagar	18	807	807
Adiantamento a fornecedores		26	14	Adiantamentos de clientes		48	-
Total do ativo circulante		6.540	4.835	Outras contas a pagar		77	206
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		26.537	18.954
Realizável a longo prazo:				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	13	407	-	Mútuos a pagar a partes relacionadas	17	-	9.558
Ativo fiscal diferido	20	43	43	Provisões	19	64	64
		450	43	Empréstimos e financiamentos	16	20.699	29.228
				Total do passivo não circulante		20.763	38.850
Imobilizado	14	51.314	51.632	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		51.314	51.632	Capital social	21	31.260	7.860
				Capital social a integralizar		(5.049)	(2.600)
Total do ativo não circulante		51.764	51.675	Prejuízos acumulados		(15.209)	(6.556)
				Reserva Legal		2	2
TOTAL DO ATIVO		58.304	56.510	Total do patrimônio líquido		11.004	(1.294)
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.304	56.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	22	28.322	15.557
Custo dos serviços prestados	23	(29.302)	(19.687)
Prejuízo bruto		(980)	(4.130)
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	24	(33)	64
Despesas administrativas	25	(826)	(719)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	81	1.311
Receitas e despesas operacionais líquidas		(778)	656
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(1.758)	(3.474)
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	27	236	247
Despesas financeiras	27	(7.131)	(7.911)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(6.895)	(7.664)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(8.653)	(11.138)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	20	-	38
Prejuízo do exercício		(8.653)	(11.100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(8.653)	(11.100)
Total do resultado abrangente da Companhia	(8.653)	(11.100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10	-	2	4.544	-	4.556
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(11.100)	(11.100)
Aumento do capital social – nota explicativa 21	7.850	(2.600)	-	-	-	5.250
Absorção do prejuízo	-	-	-	(4.544)	4.544	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.860	(2.600)	2	-	(6.556)	(1.294)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.653)	(8.653)
Aumento do capital social – nota explicativa 21	23.400	(23.400)	-	-	-	-
Integralização de capital social – nota explicativa 21	-	20.951	-	-	-	20.951
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	31.260	(5.049)	2	-	(15.209)	11.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	2025	2024
Prejuízo do exercício		(8.653)	(11.100)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações	14	4.261	4.154
Baixa de imobilizado	14	-	2.098
Encargos financeiros sobre financiamentos e empréstimos	16	6.018	5.816
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	17	532	1.249
Provisão para contingências	19	-	64
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	(38)
Aumento / Redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	11	(2.105)	1.737
Partes relacionadas	17	-	1.662
Impostos a recuperar	13	59	(141)
Estoques	12	(85)	(379)
Outras contas a receber		24	(8)
Adiantamento a fornecedores		(12)	(7)
Aumento / Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores	15	3.877	(506)
Partes relacionadas	17	4.756	1.252
Salários benefícios e encargos sociais		49	66
Impostos taxas e contribuições	20	469	(140)
Adiantamento de clientes		48	-
Outras contas a pagar		(129)	133
Caixa proveniente das operações		9.109	5.912
Mútuos passivos - juros pagos	17	(242)	(147)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	16	(4.487)	(4.404)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		4.380	1.361
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	14	(3.943)	(24)
Venda de ativo imobilizado e outros ativos mantidos para venda		-	117
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.943)	93
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuos passivos – pagamento de principal	17	(9.848)	-
Empréstimos e financiamentos – captação	16	-	3.373
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	16	(11.547)	(10.149)
Dividendos pagos	18	-	(16)
Aumento de capital social	21	20.951	3.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(444)	(3.792)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(7)	(2.338)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10	1.465	3.803
No final do exercício	10	1.458	1.465
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(7)	(2.338)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Biotérmica Energia S.A. (“Companhia”), com sede no endereço Rod. BR 290, S/N, KM 181 Parte, Coréia, Minas do Leão - RS., foi constituída para exercer as atividades de geração e comercialização de energia elétrica.

O início de atividade operacional ocorreu no segundo semestre de 2015 na unidade de produção de energia termelétrica no município de Minas do Leão – RS, em 2022 nos municípios de Victor Graeff – RS e Giruá – RS e em 2023 em Santa Maria – RS, gerando eletricidade a partir do biogás do resíduo sólido urbano (RSU) depositado no aterro sanitário administrado pela CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A., regulamentada através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e comercializada na CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica (Outorga da ANEEL e Licença de Operação Fepam).

A ANEEL concedeu autorização para o início de operação comercial por meio do processo nº 2.055/2015 e autorizada de acordo com a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.897 de 17 de maio de 2011, com validade de 30 anos, a partir dessa data.

A média mensal de energia gerada, considerando as 4 unidades foi de 6,50 MWm: 4,22 MWm na unidade de Minas do Leão, 0,67 MWm na unidade de Giruá, 0,80 MWm na unidade de Santa Maria e 0,81 MWm na unidade de Victor Graeff; enquanto a média mensal de energia comercializada na rede, considerando as 4 unidades foi de 4,6 MWm: 2,55 MWm na unidade de Minas do Leão, 0,67 MWm na unidade de Giruá, 0,57 MWm na unidade de Santa Maria e 0,78 MWm na unidade de Victor Graeff; A unidade de São Leopoldo gerou 0,74 MWm e comercializou 0,73 MWm.

A Companhia tem implementado os planos de ação para a revisão da gestão operacional que permitam melhorar a geração de energia nos ativos existentes, assim como na equalização dos custos e busca por oportunidade de mercado na negociação de energia para que possa restabelecer sua lucratividade operacional. Somado a estas ações, seus acionistas atuarão para suprir qualquer eventual necessidade de recursos para quitar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº14 – Imobilizado: Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- a. Receita de contrato com cliente
- b. Receitas financeiras e despesas financeiras
- c. Benefícios a empregados
- d. Imposto de renda e contribuição social
- e. Estoques
- f. Ativo imobilizado
- g. Ativo intangível
- h. Instrumentos financeiros
- i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- j. Provisões

a. Receita de contrato com clientes

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados - Valorização energética

As receitas com a venda de energia elétrica renovável são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários.

A Companhia registra os valores contratuais no sistema de contabilização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a compradora deverá validar o registro para que ocorra a transferência pela vendedora à compradora de todos os direitos sobre a energia no ponto de entrega de acordo com as regras e procedimento de comercialização entre as partes.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre financiamentos, despesas bancárias, descontos concedidos e custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Participação nos lucros

A Companhia Solví reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

f. Imobilizado

Reconhecimentos e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e a provisão de perda pelo valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear e para os geradores de energia, é utilizado o método de capacidade utilizada, por meio da quantidade de horas de operação dos geradores de energia. A depreciação não excede ao período de autorização comercial concedido pela ANEEL. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável, dos quais a Companhia utiliza o método de horas trabalhadas para a Usina Termelétrica e o método de linha reta (linear) para os demais ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A entidade deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja das contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior o que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado, as cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em suas demonstrações financeiras.

Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso para os títulos de clientes privados.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), ou;
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Biotérmica espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

j. Provisão

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

7. Novas normas e interpretações

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- **Alterações à IAS 21 — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de Conversibilidade**

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

A utilização de uma taxa alternativa não constitui escolha livre da entidade, devendo refletir, na medida do possível, uma taxa que seria observável em condições normais de mercado, conforme os princípios da IAS 21, com aplicação consistente e divulgações robustas.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia não possui operações ou entidades localizadas em ambientes com restrições significativas à conversibilidade cambial, tampouco enfrentam limitações que caracterizem situação de falta de conversibilidade nos termos da norma. A Companhia irá continuar monitorando as mudanças contábeis e regulatórias, mas, no presente momento, essas alterações não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As alterações emitidas pelo IASB refinam e esclarecem requisitos de classificação, mensuração, baixa (derecognition) e divulgação para instrumentos financeiros, em resposta à Revisão Pós-Implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Os principais pontos incluem: (i) orientação adicional para avaliação do critério SPPI (Solely Payment of Principal and Interest) em ativos financeiros com características contingentes (incluindo ESG-linked), com reforços para non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados; (ii) opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados via sistemas eletrônicos antes da data de liquidação, quando cumpridos critérios específicos; e (iii) novos requerimentos de disclosure na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, notadamente para instrumentos com características contingentes e para investimentos em instrumentos de capital designados ao FVOCI.

As principais alterações são:

Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

Classificação de ativos financeiros:

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos financeiros com características ‘non-recourse’:** As alterações aprimoram a descrição do termo ‘non-recourse’, em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de ‘non-recourse’ quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.
- **Instrumentos contratualmente vinculado:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

Divulgações:

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos da IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.
- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 serão obrigatórias para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

O IASB emitiu alterações a cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais.

IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Contabilidade de hedge por um adotante inicial

Para consistência com os requerimentos da IFRS 9, IFRS 1:B5-B6 foram alterados com relação ao critério de qualificação para o Hedge Accounting (ao invés de “condições”) e para adicionar referências cruzadas à IFRS 9:6.4.1 para melhorar a compreensão da IFRS 1.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Ganho ou perda no desreconhecimento

As alterações removem uma referência cruzada obsoleta na IFRS 7:B38 para um parágrafo que tinha sido deletado quando a IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo foi emitido e alinhou a redação desse parágrafo com os termos utilizados na IFRS 13.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Orientação para implementação da IFRS 7 – Divulgação da diferença diferida entre valor justo e preço da transação

As alterações atualizam a IFRS 7:IG14 para tornar a redação desse parágrafo consistente com a IFRS 7:28 e melhorar a consistência interna do exemplo apresentado na IFRS 7:IG14.

Orientação para implementação da IFRS 7 – Introdução e divulgações sobre risco de crédito

As alterações adicionam uma declaração à IFRS 7:IG1 esclarecendo que a orientação não necessariamente ilustra todos os requisitos dos parágrafos referenciados da IFRS 7. Também simplificam a explicação dos aspectos dos requisitos que não são ilustrados na IFRS 7:IG20B.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Desreconhecimento de passivos de arrendamento

As alterações adicionam uma referência cruzada à IFRS 9:3.3.3 na IFRS 9.2.1(b)(ii) para esclarecer que, quando o arrendatário determina que uma obrigação de arrendamento foi extinta conforme a IFRS 9, ele deve aplicar a IFRS 9:3.3.3 e, portanto, reconhecer qualquer ganho ou perda resultante no resultado.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Preço da transação

As alterações substituem a expressão “pelo preço da transação (conforme definido na IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes)” na IFRS 9.5.1.3 por “o valor determinado ao aplicar a IFRS 15”, para resolver inconsistências entre a IFRS 9.5.1.3 e os requisitos da IFRS 15, que podem exigir que um recebível seja mensurado por um valor diferente do preço da transação reconhecido como receita. Além disso, a referência ao “preço da transação” (conforme definido na IFRS 15) foi excluída do Apêndice A da IFRS 9.

IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – Determinação de um “agente de fato”

As alterações abordam preocupações de que os requisitos nos parágrafos IFRS 10:B73-B74 possam, em algumas situações, ser contraditórios. A IFRS 10:B73 refere-se a “agentes de fato” como partes que atuam em nome do investidor e afirma que a determinação de se outras partes estão atuando como agentes de fato exige julgamento. No entanto, a segunda frase da IFRS 10:B74 usa uma linguagem mais conclusiva, afirmando que uma parte é um agente de fato quando aqueles que dirigem as atividades do investidor têm a capacidade de direcionar essa parte a agir em nome do investidor. As alterações atualizam a IFRS 10:B74 para usar uma linguagem menos conclusiva e esclarecer que o relacionamento descrito é apenas um exemplo de circunstância em que é necessário julgamento para determinar se uma parte está atuando como agente de fato.

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método do custo

A alteração substitui o termo “método do custo” por “ao custo” no IAS 7:37, em conformidade com a remoção da definição de “método do custo” das normas contábeis internacionais.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração depende de condições naturais**

Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Os seguintes requisitos da IFRS 9 são afetados pelas alterações:

- Os requisitos de uso próprio (“own-use”) na IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar a IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais;
- Os requisitos de contabilidade de hedge na IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge:
- para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e
- para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge.

Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e à IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação

A IFRS 7 e a IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

8. Instrumentos financeiros

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de Mercado

Risco de câmbio

A Companhia possui um contrato de O&M (Operação e Manutenção) junto ao fornecedor AB Energy do Brasil, tal contrato é reajustado trimestralmente de acordo com o procedimento abaixo:

- Caso a taxa de câmbio sofra um aumento de até 10%, a AB Energy do Brasil garantirá à CONTRATANTE o câmbio de R\$3,00/EUR1,00;
- Caso a taxa de câmbio sofra um aumento de 10,01% a 19%, a AB Energy do Brasil reajustará o valor das peças em 50% do aumento (se 19% => 9,5%);
- Caso a taxa de câmbio sofra um aumento superior a 19,01%, a AB Energy do Brasil reajustará o valor das peças no percentual resultante da variação ocorrida, deduzidos 9,5%.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TLP e SELIC). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos e financiamentos são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 25% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2025 (25% em 2024), conforme abaixo.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) **Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, financiamentos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos (a)	14.050	12.754	9.012	-	35.816	33.958
Fornecedores e outras contas a pagar	11.314	-	-	-	11.314	11.314
	25.364	12.754	9.012	-	47.130	45.272
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos (a)	16.588	15.139	15.315	1.264	48.306	43.974
Fornecedores e outras contas a pagar	2.810	-	-	-	2.810	2.810
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	9.558	-	-	9.558	9.558
	19.398	24.697	15.315	1.264	60.674	56.342

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b. **Estimativa de valor justo**

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c. **Gerenciamento de capital**

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2025		2024	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	1.458	1.458	1.465	1.465
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	3.266	3.266	1.161	1.161
Outras contas a receber		Custo amortizado	34	34	58	58
Total			4.758	4.758	2.684	2.684
Passivos financeiros:						
Dividendos a pagar			807	807	807	807
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	11.314	11.314	2.810	2.810
Mútuos a pagar à partes relacionadas		Custo amortizado	-	-	9.558	9.558
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	33.958	33.833	43.974	43.582
Total			46.079	45.954	57.149	56.757

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis;
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos;
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes;
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

9. Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	160	229
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.298	1.236
	<u>1.458</u>	<u>1.465</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI de 98,46% em 2025 (98,00% em 2024), não excedendo seus respectivos valores de mercado e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	2025	2024
Clientes privados:			
Valores faturados		846	903
Medições a faturar		2.420	258
Total		3.266	1.161
		2025	2024
Valores a vencer		3.227	1.161
Vencidos:			
Até 61 e 90 dias		36	-
Até 91 e 180 dias		3	-
		3.266	1.161

12. Estoques

	2025	2024
Materiais de consumo	1.245	1.160
	1.245	1.160

13. Impostos a recuperar

	2025	2024
Pis e Cofins	43	105
IRPJ	634	671
CSLL	180	180
ICMS	57	17
Outros impostos	4	4
	918	977
Circulante	511	977
Não circulante	407	-

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	2025 Líquido	2024 Líquido
Terrenos, edificações e construção civil	5%	24.123	(4.883)	19.240	20.267
Geradores de energia (*)	(*)	15.563	(10.907)	4.656	8.057
Máquinas e equipamentos	10%	29.795	(9.107)	20.688	20.211
Móveis e utensílios	10%	90	(44)	46	55
Equipamentos de informática	20%	100	(68)	32	51
Linhas de Transmissão Elétrica		5.653	(2.944)	2.709	2.991
Imobilizado em andamento		3.943	-	3.943	-
		79.267	(27.953)	51.314	51.632

(*) A Usina Termelétrica e seus geradores são depreciados pelo método de horas trabalhadas, os demais são depreciados pelo método linear.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado em 2025 e 2024 estão demonstradas conforme segue:

Custo	Saldo em 31/12/2024	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Terrenos, edificações e construção civil	24.123	-	-	-	24.123
Geradores de energia (*)	15.563	-	-	-	15.563
Máquinas e equipamentos	29.795	-	-	-	29.795
Móveis e utensílios	90	-	-	-	90
Equipamentos de informática	100	-	-	-	100
Linhas de Transmissão Elétrica	5.653	-	-	-	5.653
Imobilizado em andamento (a)	-	3.943	-	-	3.943
	75.324	3.943	-	-	79.267

Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Terrenos, edificações e construção civil	(3.856)	(1.027)	-	-	(4.883)
Geradores de energia (*)	(7.506)	(267)	-	(3.134)	(10.907)
Máquinas e equipamentos	(9.584)	(2.657)	-	3.134	(9.107)
Móveis e utensílios	(35)	(9)	-	-	(44)
Equipamentos de informática	(49)	(19)	-	-	(68)
Linhas de Transmissão Elétrica	(2.662)	(282)	-	-	(2.944)
	(23.692)	(4.261)	-	-	(27.953)
	51.632	(318)	-	-	51.314

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Terrenos, edificações e construção civil	21.093	-	-	3.030	24.123
Geradores de energia	15.563	-	-	-	15.563
Máquinas e equipamentos	29.970	24	(2.490)	2.291	29.795
Móveis e utensílios	84	-	-	6	90
Equipamentos de informática	140	-	(40)	-	100
Linhas de Transmissão Elétrica	5.653	-	-	-	5.653
Imobilizado em andamento	5.327	-	-	(5.327)	-
	77.830	24	(2.530)	-	75.324

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Terrenos, edificações e construção civil	(2.899)	(957)	-	-	(3.856)
Geradores de energia	(7.494)	(287)	275	-	(7.506)
Máquinas e equipamentos	(6.983)	(2.601)	-	-	(9.584)
Móveis e utensílios	(27)	(8)	-	-	(35)
Equipamentos de informática	(70)	(19)	40	-	(49)
Linhas de Transmissão Elétrica	(2.380)	(282)	-	-	(2.662)
	(19.853)	(4.154)	315	-	(23.692)
	57.977	(4.130)	(2.215)	-	51.632

- (a) Refere-se ao investimento em *overhaul* de três motogeradores (unidades de Victor Graeff, Giruá e Santa Maria). O aporte visa a revisão completa após 20.000 horas de operação, garantindo a extensão da vida útil, a confiabilidade operacional e a performance dos ativos para os anos de 2027 e 2028.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2025 e 2024, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

São compostos como segue:

	2025	2024
Fornecedores	4.745	868
Partes relacionadas – nota 17	6.492	1.736
	11.237	2.604

16. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2025	2024
	Pré-fixado de 2,10% a 2,20% a.a.			
	SELIC de 2,50% a 3,50% a.a.			
Financiamento de projetos	CDI + 2,70% a 3,75% a.a.	Jan/27 a Jun/30	33.958	43.974
			33.958	43.974
Circulante			13.259	14.746
Não circulante			20.699	29.228

Os financiamentos com recursos do BNDES, Banco ALFA e BNC Brasil são garantidos por avais e quando necessário, por fiança bancária, no valor de R\$24.442 em 31 de dezembro de 2025 (R\$29.900 em 31 de dezembro de 2024).

Os financiamentos com recursos do BADESUL – Desenvolvimento S.A. Agência de Fomento/RS liquidado em 2025, estavam garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados e avais no valor de R\$14.074 em 31 de dezembro de 2024.

A movimentação de financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Pagamento juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2025
Financiamento de projetos	43.974	-	6.018	(4.487)	(11.547)	33.958
	43.974	-	6.018	(4.487)	(11.547)	33.958

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	49.338	3.373	5.816	(4.404)	(10.149)	43.974
	49.338	3.373	5.816	(4.404)	(10.149)	43.974

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	13.525
2027	11.941	15.703
2028	8.758	-
	20.699	29.228

Em 10 de junho de 2015, a Companhia contratou financiamento no valor total de R\$19.474 junto ao BNDES.

A obrigação em questão tem como prazo de pagamento 15 anos, sendo 12 meses de carência com início em 15 de junho de 2015 e término em 15 de junho de 2016, mais amortização em 168 prestações mensais

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e sucessivas com início em 15 de julho de 2016 e término em 15 de junho de 2030.

O financiamento foi destinado à implantação e instalação da Usina Termoelétrica da Companhia, geradora de energia elétrica a partir do biogás originado pelos resíduos depositados em aterro sanitário.

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Os covenants são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

O contrato firmado com o BNDES contém covenants que estabelecem requisitos financeiros no qual deverão ser cumpridos.

O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela garantidora e fiadora Solvi Participações S.A. estão demonstrados abaixo:

Indicadores	2015	2016	2017	A partir de 2018
Dívida líquida / EBITDA	≤ 4,8	≤ 4,2	≤ 3,5	≤ 3,0
Dívida total / Ativo total	≤ 0,58	≤ 0,55	≤ 0,52	≤ 0,5

17. Partes relacionadas

A remuneração da Administração é realizada pela parte relacionada CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A..

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2025	2024	2025	2024	31/12/2025	31/12/2024
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	149	58	(759)	(453)
Revita Engenharia S.A.	-	-	-	-	63	44
Termoverde Salvador S.A.	-	-	-	-	-	(23)
Termoverde Caieiras Ltda.	-	-	1.029	-	(1.029)	(74)
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.	-	-	5.314	1.678	(3.575)	(1.527)
	-	-	6.492	1.736	(5.300)	(2.033)
Mútuos						
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.	-	-	-	9.558	(611)	(1.247)
	-	-	-	9.558	(611)	(1.247)
Total	-	-	6.492	11.294		
Circulante	-	-	6.492	1.736		
Não circulante	-	-	-	9.558		

Outras transações com partes relacionadas

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacional e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de mútuos

Movimentação de mútuos no passivo:

	2025	2024
Saldo inicial	9.558	8.456
Juros	453	1.249
Pagamento de juros	(242)	(147)
Pagamento do principal	(9.848)	-
Encargos	79	-
Saldo final	-	9.558

18. Dividendos a pagar

A composição de dividendos segue demonstrada abaixo:

Dividendos a pagar	2025	2024
Revita Engenharia S.A.	620	620
C.F.C.R (Riograndense Participações S.A.)	187	187
	807	807

19. Provisões

São compostos por provisões para contingências como segue:

	Trabalhista
Saldo em 31/12/2023	-
Adições	64
Saldo em 31/12/2024	64
Adições	-
Saldo em 31/12/2025	64

A Companhia não possui processos com estimativa de perdas possível para 31 de dezembro de 2025, (R\$54 em 31 de dezembro de 2024), os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações de natureza trabalhista.

20. Imposto de renda e contribuição social

Os efeitos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado, são apresentados como seguem:

	2025	2024
Diferenças temporárias:		
Provisões contingências	23	23
Provisão de participações no resultado	20	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	43	43
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	43	43

A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Prejuízo antes dos impostos e das participações no resultado	(10.849)	(11.138)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	3.689	3.787
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Não constituição de diferido – Ausência de expectativa de realização	(3.687)	(3.884)
Outras diferenças permanentes	(2)	135
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	38
Corrente	-	-
Diferido	-	38
Alíquota efetiva	0,0%	0,34%

21. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$31.260, dividido em 31.260 (trinta e um mil, duzentos e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço médio unitário de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 19 de abril de 2024, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$7.850, com a criação de 7.850 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$1 (um real) cada ação, O capital social da Companhia passa dos seu atuais R\$10, para R\$7.860.

Em 16 de maio de 2025, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$23.400, através de capital social a integralizar, com a criação de 23.400 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$7.860 para R\$31.260, dividido em 31.260 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$1 (um real) cada ação.

Com a criação das novas ações ordinárias, subscritas proporcionalmente por todos os acionistas da Companhia conforme sua participação acionária, foi integralizado o valor de R\$20.951 em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, o montante de R\$5.049 registrado como capital social a integralizar em 31 de dezembro de 2025, devendo ser pago pelos acionistas até 31 de dezembro de 2026 (R\$2.600 em 31 de dezembro de 2024).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que do lucro líquido, uma parcela de no mínimo, 40% serão destinadas ao pagamento mínimo obrigatório.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita com venda de energia	27.739	16.665
Outros serviços	3.723	535
Total receita bruta	31.462	17.200
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
PIS	(521)	(278)
COFINS	(2.399)	(1.280)
ICMS	(220)	(85)
Total de deduções sobre vendas	(3.140)	(1.643)
Receita líquida	28.322	15.557

23. Custo dos serviços prestados

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários e encargos	(1.999)	(1.657)
Aluguel	(1.623)	(685)
Depreciações	(4.261)	(4.151)
Materiais aplicados nos serviços	(7.583)	(5.938)
Serviços de terceiros(a)	(5.205)	(4.522)
Créditos fiscais(b)	142	997
Energia elétrica	(8.104)	(3.073)
Licenças e taxas	(28)	(67)
Outros custos de produção	(641)	(591)
	(29.302)	(19.687)

(a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a manutenção dos equipamentos de geração e transmissão de energia.

(b) Os créditos fiscais referem-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre insumos.

24. Despesas comerciais

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Patrocínios, brindes e doações (*)	-	64
Outros	(33)	-
	(33)	64

(*) Saldo credor em 2024 refere-se a reembolso ocorrido no exercício.

25. Despesas administrativas

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remuneração direta mão de obra	(1)	(3)
Benefícios	(6)	-
Aluguéis	(1)	-
Depreciação	-	(3)
Materiais	(4)	(19)
Serviços de Terceiros (a)	(32)	(23)
Tributos, Seguros e Contribuições	(5)	-
Viagens e Estadias	(8)	(2)
Despesas serviços compartilhados	(759)	(610)
Outros	(10)	(59)
	(826)	(719)

(a) Serviços de terceiros referem-se basicamente a serviços de fretes e carretos e consultoria técnica.

Biotérmica Energia S.A.

Notas Explicativas as demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

São compostos como segue:

	2025	2024
Outras receitas (despesas) eventuais	84	1.516
Resultado venda de imobilizado	-	(117)
Provisões para contingenciais	-	(64)
Despesas com contingenciais	(2)	(11)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(1)	(13)
	81	1.311

27. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2025	2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	146	243
Juros recebidos e descontos obtidos	87	-
Outras receitas financeiras	3	4
Total receitas financeiras	236	247
Despesas bancárias	(309)	(360)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(611)	(1.249)
Despesas com multas e moras financeiras	(47)	(328)
Tributos sobre movimentações financeiras	(146)	(158)
Juros sobre empréstimos, financiamento, debêntures e notas comerciais	(6.018)	(5.816)
Total despesas financeiras	(7.131)	(7.911)
Total	(6.895)	(7.664)

28. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

	2025	2024
Seguro patrimonial	83.042	85.040
Responsabilidade civil geral	25.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	-
	138.042	95.040

29. Compromissos futuros

Atualmente encontram-se em vigor contratos de compra e venda de energia, com as empresas Coprel Comercializadora de Energia Ltda, Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A., Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda, Comerc Energia S.A., Migratio Gestão e Comercialização de Energia Elétrica Ltda, Ecom Energia Ltda, EDP Energia de Portugal e Bradesco Comercializadora de Energia Ltda;

Além dos compromissos comerciais, a Biotérmica possui um contrato de O&M para operação e manutenção da usina termoeletrica de Minas do Leão. Nas demais unidades de Santa Maria, Victor Graeff, Giruá e São Leopoldo onde a operação é primarizada a Biotérmica possui um contrato de fornecimento de peças, manutenção e eventuais horas excedentes. Ambos os contratos objetivam a boa continuidade e segurança de suas operações.